

ATA DA 66ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos nove dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato online, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), os seguintes conselheiros, **representantes da sociedade civil:** Lucilene Binsfeld, representante titular (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Ricardo Maes, representante suplente (Central Única dos Trabalhadores -CUT-SC), Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+), Rafaela Kohler (Centro de Direitos Humanos de Brusque), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no estado de Santa Catarina – FECESC), Nasser Haidar Barbosa (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz – CDH Joinville), Vera Vargas, representante titular (Fórum de Mulheres do Mercosul – FMM), Maria Del Carmen, representante titular (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC) e **representantes governamentais:** Fernanda Zimmerman, representante titular (Secretaria de Estado da Educação – SED), Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), conselheira Silvia Cantarino (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), Cláudio Márcio Araújo da Gama, representante titular (Secretaria de Estado da Casa Civil – SCC) e Luís Felipe Del Solar Fuentes, representante titular (Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial – CSSPPO) e como **convidados:** a diretora de direitos humanos da SDS, senhora Ana Carolina de Castro Freitas Santos, a gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos da SDS, senhora Débora Nunes Barbosa e a estagiária da gerência de políticas para pessoas com deficiência e idosos, Gabrielly Cabral Monsani. **A plenária é aberta (1)** pelo presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos (as), e deu início a **leitura da pauta para aprovação (3)**, após ter sido feito o **levantamento de quórum (2)** com número suficiente para as deliberações, antes de começar a reunião. Foram solicitados acrescentar 2 (dois) pontos de pauta, *Violência Política contra as mulheres em Santa Catarina*, pela conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) e *denúncia relativa ao sistema Penitenciário*, pelo conselheiro Cláudio Gama (SCC). Em relação ao segundo ponto solicitado ficou deliberado por ser discutido primeiro na Comissão específica (Monitoramento de Violações de Direitos Humanos) para após análise ser pautado em plenária. O conselheiro Maicon de Medeiros (SDS) pediu como ponto de pauta ou como informe que sua conselheira suplente, a gerente de Políticas para Mulheres e Direitos Humanos, Débora, fizesse comunicado acerca da implantação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura – CEPCT. O presidente Fabrício (Acontece) sugeriu que esse ponto de pauta fosse adiantado. A pauta é então **aprovada por unanimidade**. Quanto às **justificativas de ausências (4)**, a Secretaria comunicou as justificativas dos conselheiros (as): vice-presidente Celina Rinaldi (IGENTES), a conselheira suplente Maria Lúcia e o atraso do conselheiro Nasser Haidar (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz). Todas aprovadas. Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (5) sobre a implantação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura**. O presidente Fabrício (Acontece) fez um breve relato sobre o tema, lembrando que havia sido feito resgate de documentos e representantes de entidades anteriores, porém estava pendente apenas a apresentação do anteprojeto de lei pelo executivo. A gerente explicou que o projeto de lei havia incorrido em vício de origem uma vez que onerava o Estado, e o legislativo não poderia criar lei que onere o Estado. Débora (GEMDH/DIDH) esclareceu que a partir do organograma atual da estrutura administrativa do governo, a secretaria responsável pelas políticas de prevenção e combate à tortura seria o Colegiado

Superior de segurança Pública e Perícia Oficial (CSSPPO) então sugeriu para a retomada desse projeto de lei montar uma Comissão Temporária vinculada ao CEDH-SC e construir um plano de ação. A gerente apontou como um dos entraves, além do vício de origem anteriormente citado, a questão orçamentária. O presidente Fabrício (Acontece) solicitou que a diretora de direitos humanos da SDS, senhora Ana Carolina se apresentasse ao grupo. Após uma breve apresentação, a diretora pediu ajuda para a retomada das discussões acerca das pessoas em situação de rua e quanto às questões relativas à tortura. A diretora sugeriu envolver o máximo de representantes de diversas áreas afins para uma conversa transversal e que se tenha com perspectiva a criação de políticas públicas efetivas. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) propôs que uma Comissão Permanente do CEDH-SC, solicitasse audiência pública com participação de diversos órgãos e entidades para não haver a necessidade de criação de outra Comissão. Fabrício (Acontece) propôs convocar uma reunião ampliada com as representações dos órgãos/entidades que já compunham a Comissão para readequações ao Projeto de Lei (PL) em conformidade a nova Reforma Administrativa do Estado. A conselheira Maria Del Carmen (IMDH-UFSC) levantou uma questão sobre o objetivo de ser criada uma Comissão porque existe um Conselho Estadual de Segurança Pública e Defesa Social. A gerente Débora (GEMDH/SDS) mencionou ter acionado o CEDH devido às denúncias que tem chegado ao Conselho e por questão de se garantir a participação da sociedade civil nesses espaços. O presidente sugeriu que essa adequação do PL a nova reforma administrativa ocorresse de forma não prolongada e mencionou que um dos entraves ao documento acima citado teria sido a não aceitação da utilização da nomenclatura tortura pelo governo na época. A diretora de direitos humanos se colocou à disposição para os devidos encaminhamentos e providências necessárias quanto ao prosseguimento do PL. **Encaminhamentos: convidar os representantes que participavam das reuniões da Comissão para implantação do Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura para reunião ampliada com objetivo de readequar o PL a nova estrutura de governo e traçar um plano de ação para continuidade aos trabalhos anteriormente realizados e sua conclusão.** Dando continuidade foi iniciado o **ponto (6) Formação de Comissão para condução de Processo Eleitoral da Sociedade Civil para a gestão 2023-2025.** A Secretária comunicou que de forma geral a comissão é composta por 2 (dois) representantes da sociedade civil e 2 (dois) governamentais. A comissão ficou formada de seguinte forma: 2 (dois) conselheiros da Sociedade Civil, o conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) e o presidente Fabrício Bogas Gastaldi (Acontece Arte e Política LGBTI+), o conselheiro Maicon de Medeiros representando o governo (SDS) e a diretora Ana Carolina (SDS) como representante suplente. **Encaminhamento: Redigir a Resolução para publicação no Diário Oficial do Estado.** Quanto aos pontos (7) e (8), **Criação de Comissão Especial da População em situação de rua e de Conflitos Fundiários**, respectivamente, o presidente informou que não conseguiu finalizar ambos, ficou deliberado para ser **finalizado pela Comissão de Legislação e Normas para posterior aprovação em plenária.** O presidente e a Secretária do Conselho informaram que em reunião da Mesa Diretora, a vice-presidente do CEDH, Celina (IGENTES) comentou que a Comissão para tratar dos casos de conflitos fundiários, proposta em audiência pública realizada na Assembleia Legislativa (ALESC), foi formada apenas com representantes do Tribunal de Justiça e a própria ALESC. A Mesa deliberou, a partir dessa constatação e das diversas demandas apresentadas ao CEDH-SC, propor ao plenário do CEDH-SC, a criação de uma Comissão Especial para tratar de assuntos relacionados ao tema. Quanto ao **planejamento das Ações do CEDH para 2023**(9) o presidente propôs que cada Comissão se reúna para produzir seu respectivo planejamento para 2023 e após finalizado, discutir em reunião

extraordinária, anterior a plenária do mês de março. O presidente lembrou do encontro regional sul, para ser resgatado. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) sugeriu o CEDH solicitasse a participação de um representante nos eventos realizados com a Van de Direitos da Defensoria Pública do Estado (DPESC). Fabrício (Acontece) acatou a ideia, porém que fosse feita uma conversa antes com a DPESC. Em relação ao **calendário de plenárias de 2023 (10)** a secretária do Conselho explicou que as plenárias do CEDH estão coincidentes com as, do Conselho Estadual de Juventude (CONJUVE) e o problema seria as transmissões ao vivo. Foram apresentadas ao conselho algumas opções como: gravar as reuniões realizá-las em outros espaços, sem segurança da parte técnica, ou, alterar as datas das plenárias para as 4ª (quartas) quartas-feiras ou 1ª (primeiras) segundas-feiras de cada mês. A conselheira Lucilene (CUT-SC) sugeriu plenárias itinerantes. O assunto foi encerrado com a sugestão do presidente em manter a plenária de março na SDS e na próxima plenária ser apresentada lista de entidades e municípios para realização das demais reuniões. Dando prosseguimento a reunião foi introduzido o **ponto (11) devolutiva das ações da última plenária**. O presidente antes de fazer a leitura das devolutivas explicou que a secretária do conselho mantém atualizada uma tabela de controle dos encaminhamentos e suas devolutivas. Encaminhada a Resolução nº 07/2022 contra atos antidemocráticos, solicitação de inclusão de Comissão proposta em audiência pública na Assembleia Legislativa para debater as questões de moradia, criação da comissão pop rua em andamento, quanto a ocupação Vale das Palmeiras foi elaborado um relatório de vistoria e uma recomendação, construção de nota de apoio pelo assédio sofrido pela vereadora Carla Ayres. O presidente informou ter recebido denúncia relacionada a uma unidade prisional, e por se tratar de um caso muito grave, repassou as informações para o Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT) e ao seu contato no Ministério da justiça. O Fabrício (Acontece) mencionou ter pré-agendado conversa com a perita Bárbara (MNPCT) para depois do feriado de carnaval, mas irá compartilhar a data fixada no grupo do CEDH. A secretária do CEDH complementou sobre a recomendação nº07/2022 que foi encaminhada ao Comando-Geral da Polícia Militar de Santa Catarina, que informaram ter respondido sobre a questão dos atos antidemocráticos ao Tribunal Superior eleitoral e ao Ministério Público de Santa Catarina. Finalizado esse ponto foi colocada para **aprovação a ata da 65ª reunião plenária ordinária** do Conselho **(12)**. A ata é aprovada por unanimidade. Na sequência foi iniciado o **ponto (13) Informe Gerais**. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) informou acerca de manifestação que será realizada em defesa das parlamentares defensoras dos direitos humanos que sofreram ameaças. Finalizando a plenária foi iniciado o **ponto (14) acerca da Violência Política contra as mulheres em Santa Catarina**. O presidente iniciou esse ponto comentando sobre ter sofrido recentemente, ameaça de morte, juntamente com os demais participantes, em evento realizado em Brasília, porém a Polícia Federal teria sido acionada. Fabrício (Acontece) mencionou ter conhecimento de diversos casos de ameaças a defensores e defensoras de direitos humanos e, no caso específico da violência política foram citados os nomes das vereadoras ameaçadas: Ana Lúcia Martins (Joinville), Marlina Oliveira (Brusque), Carla Ayres (Florianópolis), Maria Teresa Capra (São Miguel do Oeste) e Giovana Mondardo (Criciúma) que sofreram diversos tipos de ameaças, tanto abertas nas redes sociais quanto via correspondência eletrônica. Diante ao exposto, o presidente propôs ao CEDH tomar uma atitude mais contundente junto ao Ministério Público porque as pessoas estariam cansadas. Fabrício (Acontece) sugeriu encaminhar esses casos aos órgãos internacionais. O conselheiro Ricardo Maes (CUT-SC) lembrou que foram encaminhados alguns documentos ao MPSC, com respostas vagas. Sugeriu encaminhar o documento ao Conselho Nacional do Ministério Público

(CNMP), ao Ministério da Justiça para conhecimento e ao Ministério dos Direitos Humanos sobre essa dificuldade do MPSC de fato promover a defesa de Direitos Humanos. Concluiu propondo que o documento solicite medidas educativas e não punitivas. Nasser (CDH Maria da Graça Braz) propôs acionar as pessoas ameaçadas para ouvi-las assim como verificar os documentos juntados. A diretora Ana Carolina (DIDH) mencionou ter entrado em contato com o diretor da academia de formação da polícia penal para tratar sobre as disciplinas para entender e possivelmente colaborar para uma atualização. A diretora informou que a ideia seria estender tanto para a polícia civil quanto para a academia da Polícia Militar de Santa Catarina. **Encaminhamento: Elaborar dossiê e publicizá-lo. Em seguida encaminhar aos órgãos pertinentes.** Dando continuidade a reunião foi iniciado o **ponto (15) Informes Gerais**. O conselheiro Cláudio Gama (SCC) fez um informe sobre o curso de Direitos Humanos que estaria formatado para suprir lacuna no Programa Saúde na Escola (PSE) no 13º eixo que se trata da educação em Direitos Humanos. O conselheiro sugeriu inserir como ponto de pauta para discussão nas próximas plenárias e convidar o conselho de saúde e educação para verificar como estaria o processo de implantação. A conselheira Fernanda Zimmerman (SED) explicou que trabalha na Coordenação de Educação em Direitos Humanos e Diversidades na SED, que seria o responsável pelo PSE, e estavam em período de adesão. A conselheira relatou que no ano de 2022 foi ofertado curso para as Coordenadorias Regionais, junto ao IMDH-UFSC sobre Direitos Humanos. Acrescentou ainda ter institucionalizado na SED uma Política de Educação, Prevenção, Atenção e Atendimento as violências nas escolas. Fernanda (SED) comentou que a atuação da SED com as formações em Direitos Humanos tem acontecido de forma intensa e em parceria com empresas e Universidades. Finalizando a reunião a Secretária do conselho informou recebimento de mais uma **justificativa de ausência (4)** da conselheira Fabiana Ribeiro (SDE) que estaria em período de férias. Lembrou dos pedidos de diárias e passagens para serem feitos logo após o período de feriado do carnaval e indagou sobre a continuidade a das formações. Sobre o último ponto ficou deliberado a discussão na Comissão específica. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **F2D3H81V**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



FABRÍCIO BOGAS GASTALDI (CPF: 362.XXX.798-XX) em 20/03/2023 às 13:45:00

Emitido por: "SGP-e", emitido em 28/07/2021 - 16:43:35 e válido até 28/07/2121 - 16:43:35.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U1NUXzk3MThfMDAwMDE0OTBfMTQ5MF8yMDIxX0YyRDNIODFW> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SST 00001490/2021** e o código **F2D3H81V** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.

ATA DA 69ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS HUMANOS – CEDH

Aos onze dias do mês de maio de dois mil e vinte e três, foi realizada a plenária no formato híbrido, com início às 13h30, compareceram na Plenária do Conselho Estadual dos Direitos Humanos (CEDH), participaram na **modalidade online: representantes da sociedade civil**: Celina Duarte Rinaldi (Instituto Gentes de Direitos – IGENTES), Rosemeri Prado (Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina – FECESC), Felipe Candin (Cáritas Brasileira), Nasser Haidar (Centro dos Direitos Humanos Maria da Graça Braz), Lucilene Binsfeld (Central Única dos Trabalhadores – CUT), Maria Lúcia Haygert (Instituto Memória e Direitos Humanos da Universidade Federal de Santa Catarina – IMDH-UFSC) e **representantes governamentais**: Maicon de Medeiros, representante titular (Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social – SDS), Marcos Espíndola (Secretaria de Estado da Educação – SED e Sílvia Cantarino (Secretaria do Estado da Administração Prisional e Socioeducativa – SAP), **convidados**: a senhora Ana Paula Roedel Berri, representando a defensora Ana Paula Fischer (DPESC), a assistente social, Danielle Sobreira, da Secretaria de Promoção da Cidadania do município de Itajaí, Aline Salami, presidente do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Florianópolis e Senhora Valéria Zanette, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SC. A **plenária é aberta (1)** pela vice-presidente Celina Rinaldi Duarte (IGENTES) que cumprimentou e agradeceu a presença de todos, justificou a ausência do presidente Fabrício (Acontece) e antes de dar início ao **ponto (2) Formação Continuada com a presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional – CONSEA/SC sobre soberania alimentar**, senhora Aline Salami, mencionou haver **quórum suficiente** para as deliberações, **ponto (3)**. A vice-presidente Celina, fez a apresentação da convidada antes de ser iniciada a formação. A convidada Aline Salami manifestou sua satisfação em estar presente nesta reunião e agradeceu o convite feito pela conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC). A convidada explicou que o direito à alimentação adequada é um direito humano e social que somente foi reconhecido pelo país em 2006 por meio da lei orgânica de segurança alimentar e nutricional – LOSAN. Aline que é membro do conselho municipal de segurança alimentar e nutricional de Florianópolis disse que nos últimos anos tem ocorrido violações relacionadas ao direito humano a alimentação. Citou o ativista brasileiro do combate à fome - Josué de Castro – que dizia que a fome não é natural mas resultado de relações econômicas defeituosas e desigualdades sociais grandes. Primeiro foi feita uma análise em nível de país e posteriormente em nível do estado de Santa Catarina. Apesar do Brasil, ser um dos maiores produtores de grãos e de carne do mundo tem 33 (trinta e três) milhões de pessoas passando fome e em nível de estado, apesar de contar com um dos maiores IDH (índice de desenvolvimento humano) do país, existem 900 (novecentas) mil pessoas em situação de insegurança alimentar grave e moderada. A convidada trouxe que dados estatísticos mostram que 40% (quarenta por cento) dos homicídios no estado tem algum nível de insegurança alimentar, e de cada 10 (dez) catarinenses, 4 (quatro) sofrem algum nível de insegurança. Foi explicado que existem 3 (três) categorias dentro da escala brasileira de insegurança alimentar: **grave**, que é a fome, a privação de alimentos, **moderada**, que é a redução da quantidade de alimentos consumida e a insegurança alimentar **leve**, que é a segurança de terminar o mês com alimento ou que tenha havido alguma alteração na qualidade alimentar. A convidada mencionou que teve uma época em que o país saiu do mapa da fome da ONU (Organizações das Nações Unidas), e atribuiu esse fato como resultado de políticas públicas e programas de segurança alimentar e nutricional, sintetizado num Programa *Fome Zero* que se trata de um

conjunto de políticas públicas que estimulou os agricultores a ter crédito para produção. Além deste, foram citados outros programas e políticas como por exemplo o restabelecimento do Programa de Aquisição de alimentos, onde os agricultores produzem alimentos e uma parte é doada e a outra é utilizada para formação de estoque regulador. Foram citadas como impulsionadoras outras políticas de acesso a renda para aquisição de alimentos. A esses programas e políticas estabelecidas no ano de 2003 resultaram no ano de 2014, que o Brasil saísse do mapa da fome. A convidada mencionou como violação a segurança alimentar além da ausência de alimentos, outras formas, como por exemplo, quando os agricultores não conseguem decidir a sua própria semente, quando as pessoas não têm direito a terra, a população de rua, quando a população não tem direito a água, quanto a alimentação escolar, se estão promovendo hábitos saudáveis ou são oferecidos alimentos ultraprocessados que aliados a fome e a insegurança alimentar promovem a obesidade, o sobrepeso e as doenças crônicas não transmissíveis que são violências a alimentação adequada e saudável, e ressaltou que as indústrias de alimentos devem ser regulamentadas. Aline trouxe alguns elementos que fazem parte do conceito do termo *segurança alimentar*, como: alimentação adequada e saudável e soberania alimentar, essa última trata-se dos direitos dos povos de decidir como vai produzir e como vai consumir os alimentos. Outro ponto apresentado pela convidada foi quanto a grande quantidade de agrotóxicos liberados no Brasil, entre 2017 e 2021, inclusive banidos em determinadas regiões como União Europeia, Canadá e Estados Unidos. Salientou toda a dedicação dos conselhos municipais e estaduais de segurança alimentar e nutricional, quanto a observação do direitos a alimentação em sua totalidade, pensando desde programas e políticas que garantam uma produção sustentável e saudável do alimento, que garantam o abastecimento e que garantam um consumo alimentar saudável e adequado, concluiu informando sobre a retomada da agenda do combate à fome e segurança alimentar que retoma o CONSEA Nacional, extinto no ano de 2019. Em relação as pessoas mais atingidas pela insegurança alimentar foram citadas: as mulheres, a população afrodescendente, com menor escolaridade e no meio rural. Aline Salami retoma a lei orgânica de 2006, citada anteriormente, que assegura como direito humano a alimentação adequada, assim como atribui ao Estado a responsabilidade e o dever de garantir, promover e proteger o direito de acesso aos alimentos. O atual cenário no país, foi colocado como propício para o restabelecimento de programas e políticas que garantam o direito à alimentação adequada que passou por um período de grande vulnerabilidade social. Por fim, foi mencionado sobre o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, que abrange os equipamentos públicos de segurança alimentar que são os restaurantes populares, cozinhas comunitárias, bancos de alimentos, feiras e assim por diante, e a movimentação dos conselhos é feita no sentido de que esses serviços estejam à disposição da população e prestadas pelo estado. A formação foi finalizada pela convidada que citou um estudo de dissertação sobre o acesso ao alimento em Santa Catarina, onde foram analisados os dados de acesso ao trabalho formal, utilizando dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED e da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS. Ao final do estudo foi observado que as pessoas tiveram acesso ao trabalho formal entretando, ao analisar a categoria renda, essa estava muito baixa. Resumindo, o estudo mostrou que a Reforma Trabalhista de 2017, que regulamentou o trabalho intermitente, teve impacto na segurança alimentar. Celina agradeceu a participação da senhora Aline Salami e da importância do tema discutido, e fez a leitura de alguns pontos anotados. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) falou da importância do entrosamento entre os conselhos no sentido de unir forças e, por fim do falou do enfoque da mídia quanto às pessoas que passam fome sem citar àqueles que sofrem com a insegurança alimentar. Tudi (CUT-SC) parabenizou a fala da presidente do CONSEA municipal e mencionou o *trabalho* como sendo um

dos temas a serem discutidos nas Conferências Mesorregionais de Direitos Humanos. A vice-presidente do CEDH-SC fez menção as pequenas granjas e o trabalho análogo ao escravo, e dos entregadores de comida que “passam fome” com sua família. Foram colocados diversos casos de insegurança alimentar, somadas as condições precárias de trabalho, trazidas pelas conselheiras Lucilene (CUT-SC), Celina (IGENTES) e Rosemeri (FECESC). A última conselheira mencionou a retirada do vale alimentação durante a pandemia dos trabalhadores, levando-os a uma situação de insegurança alimentar e o cálculo do salário mínimo feito pelo Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, de forma a garantir todos os direitos do trabalhador, conforme prevê a Constituição Federal do país, atingindo o valor de R\$ 6.000,00 e a média salarial não passa de R\$ 2.000,00. Celina Duarte (IGENTES) convidou a presidente do CONSEA municipal de Florianópolis a finalizar a formação e a permanecer na plenária. Aline Salami concluiu seu relato mencionando a existência de um programa nacional de alimentação escolar e de forma breve citou uma pesquisa feita em Florianópolis em que foi comparado o peso das crianças matriculadas nas creches, que fazem de 4 (quatro) a 5 (cinco) refeições ao dia, o estado nutricional está eutrófico (peso normal), nos períodos de não frequência as aulas, a situação era inversa. Em sua fala foi contemplado trabalho realizado pelo Ministério Público, denominado Fórum Catarinense de Combate aos impactos dos agrotóxicos e transgênicos juntamente com a professora da Universidade Federal de Santa Catarina, Sônia Hess, que mostra a contaminação de agrotóxicos na água. Por fim, mencionou a falta de acesso a maioria da população aos alimentos orgânicos e agrícolas, sendo necessária a criação de Políticas Públicas para estimular a produção desse alimento. Agradeceu o convite, colocando-se à disposição. Dando continuidade a reunião foi feita a leitura para **aprovação da ordem do dia (4)**. A Secretária do conselho mencionou ter sido feita solicitação pela vice-presidente de 2 (dois) pontos de pauta: o primeiro seria quanto a **reunião da Comissão Especial de Conflitos Fundiários**, neste dia no período da manhã e o segundo ponto seria quanto a **criminalização de uma defensora de Direitos Humanos**. A vice-presidente disse tratar-se do caso de aborto da menina que ocorreu recentemente e que o assunto veio à tona nesta semana. A secretaria indagou ao pleno quanto a novas inclusões, não havendo manifestações a pauta foi aprovada por unanimidade. Na sequência foi iniciado o **ponto (5) justificativas de ausências**. A secretária justificou a ausência do presidente Fabrício (Acontece) por motivos familiares. A professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) justificou a ausência da sua titular que estaria em assembleia do IMDH neste horário. A vice-presidente Celina (IGENTES) perguntou sobre as representantes que ficariam em substituição ao conselheiro Cláudio Márcio (SCC) e agradeceu a participação, desejando-o sucesso. A secretária do CEDH relatou que não conseguiu fazer contato, mas que em breve o faria. A conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) perguntou a vice-presidente se haveria necessidade de o substituir na Mesa Diretora do CEDH. Celina (IGENTES) disse que em sua opinião não haveria necessidade uma vez o conselho estar em final de mandato porém seria necessário verificar o regimento interno. Dando continuidade a reunião foi introduzido o **ponto (6) Descrição da 1ª Conferência Mesorregional no município de Criciúma**. O relato foi feito pela conselheira Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) que participou do evento juntamente com o presidente do CEDH. A professora iniciou seu relato explicando ter sido detectados 2 (dois) problemas: o primeiro foi quanto a ausência de representantes na região sul do estado, embora tenham sido feitos contatos com algumas entidades e municípios da região, houve baixa adesão. O próprio sindicato que sediou o evento não conseguiu participar por conta de uma assembleia para fixar a data-base. Participaram 2 (dois) policiais militares do município de Araranguá, foram apreciados os 5 (cinco) eixos e tiradas propostas que posteriormente serão sistematizadas e juntadas as demais. A partir dessa constatação a conselheira

propôs ser feito o encaminhamento do edital do Fórum para todas essas entidades que serão convidadas a participarem das Conferências Mesorregionais. O segundo problema foi quanto as datas fixadas para dia de semana, impossibilitando a participação devido a trabalho e demais compromissos assumidos. Foi comunicado a necessidade de alteração do calendário ao pleno, sendo que algumas datas já teriam sofrido alteração. A conselheira concluiu explicando que dentro da realidade o resultado teria sido bem proveitoso e que os dois manifestaram interesse em estar participando como delegados na Conferência Estadual. O conselheiro Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) mencionou ter lido o regimento interno e que este prevê na falta do 1º Secretário o 2º Secretário assumirá. O conselheiro reforçou acerca da necessidade de alteração da data das Conferências. A convidada senhora Valéria Zanetti apresentou-se como presidente da Comissão de Direitos Humanos da OAB da região de Criciúma, sendo esta a primeira reunião em que estaria participando e se colocou à disposição para auxiliar na mobilização com as entidades da região sul. A conselheira Lucilene Binsfeld (CUT-SC) expôs estarem sendo mobilizadas as entidades da região para participação na Conferência e citou os sindicatos, assessoria de parlamentares, conselhos municipais. Por fim, indagou sobre o representante da Mesa Diretora que a estaria acompanhando e das cópias dos materiais para a utilização no evento. A secretária respondendo ao questionamento da conselheira informou que até o momento não houveram manifestações e as diárias deveriam ser solicitadas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência. Foi levantada a possibilidade de participação do conselheiro Maicon (SAS) que ficou de verificar sua agenda. Antes de ser iniciado o ponto (7) devolutivas das ações da última plenária, foi acrescentado o **ponto (6.1) relato sobre a reunião da Comissão Especial de Conflitos Fundiários Urbanos e Rurais**. A vice-presidente Celina Duarte (IGENTES) fez um breve relato acerca da 1ª reunião da Comissão integrada por 9 (nove) representantes, faltando apenas uma representação nominal da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina – ALESC. Dentre as deliberações resultantes desta reunião estão as seguintes: **1)** solicitada reunião com o presidente da Comissão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina – TJSC para uma apresentação da Comissão em referência e obter conhecimento dos trabalhos que estão sendo realizados por àquela Comissão e buscar uma interlocução entre as Comissões; **2)** Elaboração do Plano de Ação; **3)** fixação das datas das reuniões desta Comissão (primeiras segundas-feiras de cada mês); **4)** Definido o Secretário da Comissão, senhor Pedro Ruiz (OAB-SC) e **5)** Determinadas 2 (duas) visitas técnicas em 2 (duas) comunidades com risco de despejo eminente. Não havendo dúvidas e questionamentos a vice-presidente prosseguiu para o ponto de **pauta (6.2) acerca de criminalização de defensora de Direitos Humanos**. Celina Duarte (IGENTES) fez um resgate da deliberação do CEDH quando discutido sobre a Comissão Permanente de Inquérito (CPI) do aborto em que ficou decidido pelo acompanhamento do caso que criminalizava profissionais e pessoas que estavam atuando em defesa de uma criança que buscava o aborto dentro das possibilidades legais. A vice-presidente lembrou que, somente após divulgação através dos meios de comunicação, a criança teve acesso ao aborto legal por meio de ordem da procuradoria federal. Celina (IGENTES) explicou que, mesmo após a finalização da CPI do aborto, foi aberto um inquérito que se encontra na comarca do município de Tijucas que, tenta criminalizar os profissionais e defensores/as de Direitos Humanos que visavam garantir os direitos dessa criança. Foi citado o nome da advogada Daniela Félix, que teria prestado depoimento no dia 10 de maio de 2023. Concluiu sugerindo ao pleno ser elaborada nota pública. A convidada Valéria Zanetti e a vice-presidente Celina mencionaram a situação como atípica porque ninguém tem acesso ao processo. A professora Lúcia Haygert (IMDH-UFSC) se manifestou de forma favorável a nota porém quanto a ser nominada sugeriu questionar os advogados que fazem o acompanhamento. Por fim, propôs além da

defesa dos defensores e defensoras de Direitos Humanos, que seja garantido o devido processo legal com ampla defesa. Os conselheiros Lucilene Binsfeld (CUT-SC) e Nasser Haidar (CDH Maria da Graça Braz) manifestaram-se a favor da nota, com a sugestão do último de convidar a advogada para uma conversa.

Encaminhamento: Elaboração de Nota de Apoio aos defensores e defensoras de Direitos Humanos e profissionais referentes ao caso da CPI do aborto.

Quanto as **devolutivas das ações da última plenária (7)** a secretária do conselho informou que os encaminhamentos que estão sendo feitos são referentes as Conferências Mesorregionais: convites e demais documentos. Antes dos informes gerais foi colocada em **votação a ata da 68ª reunião plenária do CEDH ponto (8)**, que foi aprovada por unanimidade. A secretária do conselho informou ao pleno que estava presente na reunião a assistente social do município de Itajaí, senhora Danielle que gostaria convidar o conselho a estar participando da **2ª Semana Municipal de Combate a LGBTfobia**. A convidada explicou que devido a grande repercussão do primeiro evento que ocorreu no ano anterior, que contou com a presença do conselheiro Maicon de Medeiros (SAS), consequentemente impulsionou para a realização de novo evento com programação e discussões mais densas, com início no dia 13 de maio, se estendendo durante a semana, os seminários. Danielle agradeceu o espaço e solicitou apoio na divulgação do evento. Por fim, nos **informes gerais (9)** a secretária do conselho lembrou que as inscrições para o processo eletivo estavam ainda abertas até o dia 24 de maio. A vice-presidente agradeceu a presença de todos/as e deu por encerrada a reunião. Eu, Manuela Brandão da Silveira Ribeiro, lavrei a presente ata, e juntamente a Fabrício, presidente do CEDH/SC assinamos.